

SAÚDE



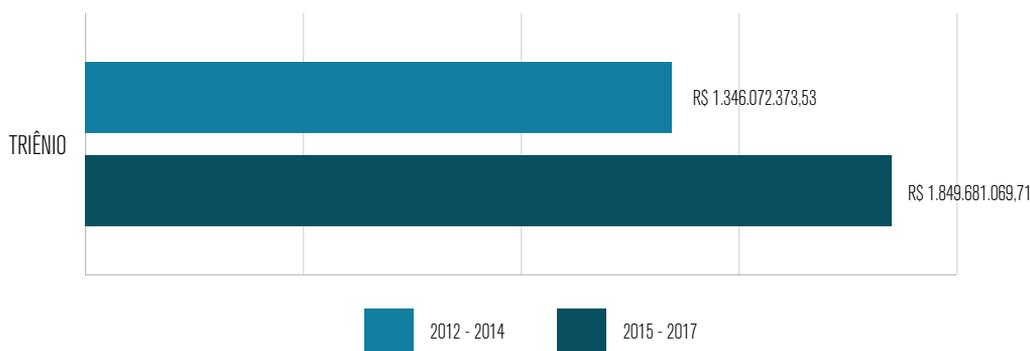
PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Os projetos de apoio executados pelos hospitais de excelência devem utilizar a expertise desenvolvida ao longo de sua história e ampliar o benefício trazido ao Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da criação de sinergia entre os projetos.

O QUE O TCU ENCONTROU

- O Ministério da Saúde (MS) não avalia os resultados dos projetos de apoio em relação aos seus objetivos geral e específicos previstos inicialmente. O único acompanhamento realizado pelo MS ocorre em relação às execuções física e financeira das atividades do projeto, mas não existe uma análise do resultado e dos reais benefícios para o SUS.
- Os setores técnicos do MS não realizam análise prévia dos valores a serem gastos pelo hospital, em virtude da inexistência de dados que ofereçam parâmetros de custo dos materiais e das atividades existentes nos projetos, por meio de séries históricas de custos praticados ou comparação de valores entre os diferentes hospitais. Alguns projetos não contemplam pesquisa prévia de mercado para cotação de preços, incorrendo no aumento de custos por ausência de concorrência e direcionamento de fornecedores.
- Não há padronização para alocação dos custos indiretos dos projetos pelos hospitais. A ausência de análise e de definição de limites objetivos desses custos torna os projetos ainda mais dispendiosos, impactando a economicidade e efetividade do programa.
- O Proadi-SUS vem desenvolvendo programas de apoio que não utilizam a expertise de cada hospital de excelência em sua máxima potencialidade. Em muitos casos, os hospitais têm somente o papel de gerenciadores de projetos, atuando como meros repassadores de recursos a terceiros.
- Há uma ausência de avaliação dos custos dos procedimentos de projetos de apoio assistencial do Proadi, de modo a compará-los com a Tabela SUS, a fim de evitar a aprovação de projetos cujos procedimentos poderiam ser contratados ordinariamente fora do Proadi por valores inferiores.
- O valor limite de 30% da renúncia fiscal a ser aplicado na área assistencial deve ser respeitado, com análise das atividades a serem desenvolvidas conforme o tema do projeto.

Evolução das Renúncias Fiscais do Proadi



BENEFÍCIOS ESPERADOS

Em função das recomendações propostas, espera-se que os projetos de apoio desenvolvidos agreguem reais benefícios ao SUS por meio da utilização da expertise dos hospitais de excelência, em função da sua história na assistência e no gerenciamento hospitalar e do conhecimento técnico acumulado de seu corpo clínico, evitando-se, assim, a aprovação de projetos nos quais os hospitais possuam o papel único de gerenciadores, atuando como meros repassadores de recursos a terceiros. Espera-se, também, que, quando da aprovação de cada projeto no âmbito do MS, seja realizada análise prévia dos valores a serem gastos pelo hospital de excelência, com base tanto em parâmetros de custos praticados no Proadi quanto em pesquisas prévias de mercado para cotação de preços.

Por fim, espera-se que o MS passe a efetivamente avaliar os resultados dos projetos em relação aos seus objetivos geral e específicos previstos inicialmente, aferindo a existência ou não de reais benefícios para o SUS, não se limitando a apenas acompanhar as execuções física e financeira das atividades do projeto, como vem sendo feito. Desse modo, o Programa será capaz de aperfeiçoar o SUS, para que este possa oferecer melhores serviços à parcela da população brasileira que não possui condições de aproveitar diretamente a estrutura dos hospitais de excelência.

POR QUE A AUDITORIA FOI REALIZADA

A renúncia fiscal aos hospitais de excelência tem subtraído recursos expressivos do Orçamento Geral da União (OGU), da ordem de mais de R\$ 3 bilhões, desde o exercício de 2012.

Considerando o atual contexto de queda nominal e real da arrecadação de receitas federais, é de extrema importância a existência de mecanismos de controle que garantam que a contrapartida ao SUS seja, no mínimo, equivalente ao valor subtraído do OGU, resultando em benefícios econômicos e sociais revertidos ao SUS e à população que dele necessita.

PRINCIPAIS PROPOSIÇÕES

As deliberações propostas neste trabalho visam a conscientizar os gestores acerca da relevância de avaliação efetiva dos reais benefícios dos projetos ao desenvolvimento do SUS, com o aperfeiçoamento da avaliação dos resultados dos projetos de apoio.

No tocante à economicidade das atividades, entende-se que deve haver a instituição de banco de dados com inserção de valores dos custos obtidos nos projetos de apoio, para posterior definição de parâmetros de comparação.

A aprovação dos projetos deve ser focada na análise da correlação de seus temas com a expertise de cada hospital, a fim de evitar que este seja apenas um repassador de recursos.

No caso de projetos de caráter assistencial, deve haver avaliação por parte do MS quanto à sua classificação, para evitar que os valores totais desses projetos ultrapassem 30% da renúncia fiscal.

Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo, Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul e Secretaria de Controle Externo da Saúde

DADOS DA DELIBERAÇÃO

Acórdão: 924/2018-TCU-Plenário

Data da sessão: 28/2/2018

Relator: Ministro Augusto Nardes

TC: 016.264/2017-7

Unidade Técnica Responsável: Secex-SP